

EDUCAÇÃO DO CAMPO: RESISTÊNCIA SOCIAL E DESMONTE NEOLIBERAL

RURAL EDUCATION: SOCIAL RESISTANCE AND NEOLIBERAL DISMANTLING

Roberta Camila Alves Cavalcante¹
Roberto Marinho Alves da Silva²

Resumo

Este artigo investiga as implicações das políticas neoliberais na educação do campo no Brasil, com ênfase no financiamento e nas ações governamentais voltadas para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Com base em análise bibliográfica e documental, o estudo contextualiza a realidade no campo brasileiro, historicamente marcada pela violência da concentração de terras e expropriação camponesa, desde o período colonial, ainda influente na sociedade contemporânea. Destaca-se o papel dos movimentos sociais no enfrentamento a esses desafios, contrastando com as políticas neoliberais de ajuste fiscal que têm prejudicado programas de reforma agrária e desenvolvimento rural sustentável. Dessa forma, o PRONERA tem limitado seu potencial de melhoria educacional no campo, afetando negativamente a juventude rural no estado do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Educação do Campo; Neoliberalismo; PRONERA.

Abstract:

This article investigates the implications of neoliberal policies on rural education in Brazil, with a focus on funding and government actions

¹ Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista da Capes. Natal, Rio Grande do Norte.

² Graduado em Filosofia com mestrado em Ciências Políticas e doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Professor Titular na Universidade Federal do Rio Grande do Norte desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão na graduação e pós-graduação em Serviço social, dedicando-se aos estudos nas áreas de convivência com o Semiárido brasileiro e Economia Popular Solidária. Tem histórico de atuação em diversas organizações da sociedade civil no RN e em âmbito nacional. Entre 2003 e 2016 atuou na Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: RESISTÊNCIA SOCIAL E DESMONTE NEOLIBERAL

(PRONERA). Based on a bibliographic and documentary analysis, the study contextualizes the reality in the Brazilian countryside, historically marked by the violence of land concentration and peasant expropriation since the colonial period, which still influences contemporary society. The role of social movements in confronting these challenges is highlighted, contrasting with neoliberal fiscal adjustment policies that have harmed agrarian reform and sustainable rural development programs. Thus, PRONERA has limited its potential improvement in the countryside, negatively affecting rural youth in the state of Rio Grande do Norte.

Keywords: Rural Education; Neoliberalism; PRONERA

1. Introdução

A educação do campo no Brasil emerge como mais uma estratégia de resistência camponesa e de avanço nas lutas pela transformação social, tendo sido moldado por décadas de luta dos movimentos sociais rurais contra a exclusão educacional e a marginalização política das populações do campo. Este artigo explora parte da trajetória da educação do campo, com foco no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), enquanto instrumento de democratização do acesso à educação e na promoção da cidadania nas áreas rurais brasileiras.³

Historicamente, as políticas educacionais no Brasil negligenciaram as especificidades e necessidades das populações rurais, perpetuando desigualdades socioeconômicas e limitando o desenvolvimento das comunidades do campo. Nesse contexto, o PRONERA surgiu como uma resposta às demandas dos movimentos sociais, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por uma educação comprometida com a emancipação e o fortalecimento das identidades culturais e políticas no meio rural.

A implementação do PRONERA, iniciada em 1998, representou um marco na história da educação brasileira, ao estabelecer um programa nacional voltado especificamente para a qualificação educacional das famílias assentadas pela reforma agrária. Este programa não apenas ampliou o acesso à educação formal nas áreas rurais, mas também fortaleceu processos de organização comunitária e elevou a consciência política dos beneficiários.

³ Agradecemos o apoio à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior - Capes que possibilitou o desenvolvimento do estudo no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: RESISTÊNCIA SOCIAL E DESMONTE NEOLIBERAL

No entanto, após mais de uma década de avanços e ampliação de seu escopo de atuação, desde 2015 o PRONERA vem sofrendo constrangimentos orçamentários, financeiros e administrativos que apontam para o desmonte dessa iniciativa, em um contexto de aprofundamento das medidas neoliberais de ajuste fiscal combinadas com retrocessos neoconservadores na sociedade e no Estado que criminalizam os movimentos sociais e os demais sujeitos políticos que lutam por democracia e justiça social no campo.

A partir dessa constatação, busca-se analisar as implicações do processo de contrarreforma neoliberal para a educação do campo, considerando que o PRONERA contribui não apenas para a educação, mas também para a afirmação de direitos e a construção de um projeto educativo comprometido.

Para essa análise foram realizados estudos bibliográficos e documentais, com base em revisão da literatura e consultas em fontes documentais e bases de dados, inclusive sobre a execução orçamentária e financeira do Programa no período de 2012 a 2019. O estudo foi orientado pela abordagem do materialismo histórico e dialético, possibilitando identificar as contradições que perpassam esse processo e analisar suas determinações fundamentais.

Fruto da investigação realizada, o presente artigo foi organizado em cinco seções, incluindo essa breve introdução e as conclusões. Na segunda seção examinamos as determinações do contexto histórico e social da realidade da educação no campo no Brasil. Na sequência, busca-se identificar as diretrizes e objetivos do PRONERA construídas a partir das demandas, reivindicações e proposições dos movimentos sociais do campo para concretizar o direito à educação preconizado na Constituição de 1988. A quarta seção analisa as implicações do ajuste fiscal neoliberal que ameaçam os avanços na educação do campo.

2. Educação do campo: construção social e contrarreforma neoliberal

A ascensão do neoliberalismo na América Latina a partir da década de 1990 trouxe consigo uma reconfiguração significativa do poder, com um novo bloco político comandado pelo capital financeiro, o agronegócio e as empresas exportadoras de commodities. Esta mudança geopolítica não só influenciou as políticas econômicas, mas também teve um profundo impacto nas políticas sociais, sobretudo na política de educação, redefinindo seu papel nos projetos nacionais de desenvolvimento.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: RESISTÊNCIA SOCIAL E DESMONTE NEOLIBERAL

No Brasil, as políticas fiscal e monetária, como aponta Salvador (2024), minaram a estrutura de financiamento dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, impondo um ajuste fiscal permanente. Essa restrição orçamentária, combinada com a lógica mercantilizadora da educação, gerou um paradoxo: enquanto a Constituição garante o direito à educação de qualidade, as políticas neoliberais limitam a concretização desse direito.

Conforme destacado por Wellen (2019), essa contradição revela as complexas relações entre Estado, mercado e sociedade sob o modo de produção capitalista. A questão social, intrinsecamente ligada às contradições do sistema capitalista, coloca o Estado em um papel central, como agente legitimador das relações de propriedade privada e acumulação de capital. Na análise de Marx, o Estado se caracteriza como um comitê executivo da classe dominante, reforçando essa perspectiva na medida em que desmascara as contradições do sistema e sua necessidade de mediações estatais para sua reprodução. Como ressalta Wellen (2019, p. 39):

A funcionalidade do Estado moderno em relação aos pilares contraditórios do modo de produção capitalista também foi salientada pelos economistas políticos. Adam Smith, além de explicitar o antagonismo existente no processo produtivo capitalista, também indicou de que forma estas contradições são encaminhadas dentro do Estado burguês. Pois, para ele, na disputa econômica capitalista, com destaque para a determinação dos salários, trabalhadores e empresários localizam-se em situações opostas.

Com base na noção de Estado ampliado introduzida por Gramsci, observa-se que o Estado é resultado de interações complexas entre as classes sociais e suas diversas frações, representando a soma da sociedade civil e da sociedade política. Gramsci explica que o conceito de Estado:

(...) habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.) (Gramsci, 2005, p. 84)267).

É nesse contexto que o conceito de hegemonia se torna central. Segundo Gramsci (2001), existem dois "planos" superestruturais: o que pode ser chamado de "sociedade civil" (ou seja, o conjunto de organismos vulgarmente designados como "privados") e o da "sociedade política ou Estado". Esses planos correspondem, respectivamente, à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade e à função de "domínio direto" ou de

EDUCAÇÃO DO CAMPO: RESISTÊNCIA SOCIAL E DESMONTE NEOLIBERAL

comando, que se manifesta no Estado e no governo "jurídico". Essas funções são precisamente organizativas e conectivas (Gramsci, 2001).

Desse modo, no contexto das políticas neoliberais, o Estado promove uma educação que reforça os valores do mercado, como a competitividade e o individualismo, moldando as instituições educacionais para favorecer a lógica capitalista. Esse processo é evidente nas reformas educacionais que priorizam a privatização e a mercantilização da educação, buscando alinhá-la às necessidades do mercado global. Em contrapartida, programas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) emergem como uma tentativa de construir uma contra hegemonia.

Ao discutir a conquista e formulação de políticas sociais no Brasil, é fundamental considerar as particularidades do processo de acumulação de capital no país. Historicamente, o desenvolvimento capitalista brasileiro foi tardio e marcado pela dependência econômica, influenciado por uma estrutura que se consolidou sob uma lógica "desigual e combinada" (Behring; Boschetti, 2011). Esse conceito, cunhado por Leon Trotsky, de acordo com Löwy (1995), descreve uma condição onde formas modernas de produção capitalista coexistem e se entrelaçam com estruturas pré-capitalistas e atrasadas. No contexto brasileiro, isso se manifestou na coexistência de setores modernos e tecnologicamente avançados da economia, principalmente voltados para a exportação, ao lado de vastas áreas subdesenvolvidas⁴, onde relações sociais arcaicas e práticas econômicas tradicionais persistem.

Segundo Barros (2017), o avanço do capital globalizado na agricultura promoveu uma associação estreita entre a indústria e a agricultura, a ocupação de grandes extensões de terra por empresas transnacionais, unindo o velho latifúndio e as oligarquias rurais com modernas empresas de investidores nacionais e internacionais. Esse movimento resultou na territorialização do capital, intensificando a expropriação e o deslocamento de camponeses para as cidades. No campo, surgiram grandes complexos agroindustriais dedicados à monocultura para exportação, contribuindo para a expansão e a reprodução do capital.

⁴ Conforme Santos (1994), o subdesenvolvimento é uma condição de dependência, onde os países periféricos, como o Brasil, são dependentes dos países centrais em termos de capital, tecnologia e mercado, limitando a capacidade dos países periféricos de definir seus próprios caminhos de desenvolvimento. Essa dualidade, como a denominam diversos autores (Furtado, 2005; Santos, 2011), é resultado da inserção do país na economia mundial como exportador de commodities e de uma industrialização concentrada em poucos centros urbanos, o que aprofundou as desigualdades regionais e sociais.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: RESISTÊNCIA SOCIAL E DESMONTE NEOLIBERAL

Dessa forma, a dualidade estrutural que caracteriza o processo de acumulação de capital no Brasil, não apenas moldou a industrialização e urbanização do país, mas também teve um impacto profundo na configuração das políticas sociais. Essa condição histórica resultou em desigualdades regionais e sociais significativas que continuam a influenciar as políticas públicas contemporâneas, sobretudo para as populações do campo. De acordo com Castro e Ribeiro (2009), o sistema de políticas sociais no Brasil teve origem em princípios conservadores de meritocracia, refletindo uma estrutura que valoriza o mérito individual e a integração social através do emprego formal, sendo regulada por normas legais, como descrito por Wanderley (1979). Esse conceito de "cidadania regulada" destaca que a definição de cidadania está intrinsecamente ligada ao status ocupacional reconhecido legalmente, o que limita e condiciona a participação plena na sociedade aos que se enquadram em categorias específicas de trabalho reconhecidas pela lei.

Foram longos anos neste formato assistencialista e conservador. Porém, apesar disso, Castro e Ribeiro (2009), assinalam que, com o processo de organização da sociedade civil em prol da redemocratização, a partir de meados da década de 1970, as forças oposicionistas delinearam uma ampla agenda de reformas políticas, econômicas e sociais em todo o país, dando origem em 1988 à Carta Magna.

A promulgação da Constituição de 1988 representou um marco importante para a população rural, garantindo respaldo legal para iniciativas de reforma agrária e avanços significativos em áreas como Previdência Social e Saúde. Destaca-se ainda que, segundo Castro e Ribeiro (2009), o texto constitucional reconheceu a importância da educação, aumentando a vinculação de recursos federais para essa política e mantendo a contribuição social do salário-educação. Além disso, refletiu o espírito descentralizador do período, ao fortalecer fiscal e financeiramente estados e municípios, ampliando sua autonomia na responsabilidade de gastos em determinadas áreas.

Ainda assim, a situação pós-redemocratização no Brasil apresenta, de acordo com Behring (2019), uma contradição marcante entre a ampliação dos direitos sociais prevista na Constituição de 1988 e a implementação das políticas neoliberais que ganharam força a partir dos anos 1990. Conforme Brettas (2017), as conquistas sociais expressas no texto constitucional não diminuíram a força do projeto burguês.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: RESISTÊNCIA SOCIAL E DESMONTE NEOLIBERAL

O Estado dependente brasileiro, em sua fase neoliberal, acentua sua capacidade de tornar lucrativas as ações privadas na prestação de serviços públicos, apontando caminhos para enfrentar as crises de acumulação e de hegemonia. Contrarreformas foram implementadas neste período, de modo que as conquistas mencionadas acima não ofuscaram a força do projeto burguês. (Brettas, 2017, p. 62)

A intensificação da subordinação do Brasil na divisão internacional do trabalho, exacerbada pelo processo de globalização, segundo Okumura e Novaes (2020), não apenas promoveu o fenômeno da desindustrialização, mas também acentuou a dependência cultural do país. Sendo assim, neste contexto globalizado, a dependência cultural do Brasil se viu ampliada, o que dificulta significativamente os esforços para implementar um sistema educacional verdadeiramente emancipatório.

A educação sendo um ambiente essencial para a construção e desenvolvimento da hegemonia, conforme assinalado por Gramsci (2001), também é um local de contestação e formação de uma nova perspectiva de mundo. Sendo assim, a relação entre os intelectuais⁵ e o mundo da produção não é direta como nos grupos sociais fundamentais, mas sim "mediatizada", em diferentes graus, pelo contexto social como um todo e pelo conjunto das superestruturas⁶, das quais os intelectuais são os "funcionários".

Nesse contexto, a educação tornou-se um campo crucial de disputa de classes sociais. Por isso, ainda que se tenha alcançado avanços nos anos 1990, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o sistema educacional brasileiro continuou a enfrentar graves desafios, considerando que

[...] a tradição cultural brasileira sempre foi fechada, excludente e caracterizada pelo um elitismo cultural expresso objetivamente pelo acesso ao conhecimento como forma de ilustração das elites. Para esse dilema social, ainda perdura a lógica imposta no próprio sistema educacional. (Okumura; Novaes, 2020, p. 103)

⁵ Gramsci (1982, p. 11) aponta que os intelectuais são aqueles que atuam como "comissários" do grupo dominante, desempenhando funções subalternas da hegemonia social e governo político. Eles são responsáveis pelo "consenso espontâneo" das massas à orientação do grupo dominante, derivado do prestígio e confiança obtidos por sua posição no mundo da produção. Além disso, os intelectuais estão envolvidos no aparato de coerção estatal, que disciplina legalmente os grupos que não consentem, preparando-se para momentos de crise quando o consenso espontâneo falha.

⁶ Para Gramsci (1982, p. 10), têm-se a distinção entre "sociedade civil" e "sociedade política ou Estado", onde a sociedade civil inclui organismos "privados" e corresponde à função de hegemonia exercida pelo grupo dominante em toda a sociedade. Em contraste, a sociedade política ou Estado se refere ao domínio direto ou comando, expressado pelo Estado e governo jurídico. Essas funções são organizativas e conectivas, refletindo a maneira como a hegemonia e o controle são estruturados e mantidos na sociedade.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: RESISTÊNCIA SOCIAL E DESMONTE NEOLIBERAL

Os autores destacam que a deficiência do sistema educacional brasileiro não é um fenômeno isolado, mas parte integrante do contexto mais amplo de desindustrialização e dependência cultural. Sendo assim, a falta de uma educação de qualidade impede o desenvolvimento de uma massa crítica capaz de questionar e transformar a realidade socioeconômica do país.

Em suma, a trajetória do Brasil, desde a industrialização até a atual desindustrialização e dependência cultural, está profundamente ligada à crise educacional. Sendo assim, os autores supracitados afirmam que a globalização exacerbou essas condições, perpetuando uma estrutura e, como em Gramsci, uma superestrutura, que impede o país de alcançar uma verdadeira independência econômica e cultural. Para isso, a ofensiva neoliberal atua no sentido da desconstrução da ideia do direito social à educação, conforme ressalta Costa (2012, p. 418):

O neoliberalismo consegue impor suas políticas antidemocráticas, a partir do momento em que desintegra culturalmente a possibilidade de existência do direito à educação como direito social, além de um aparato institucional que tenda a garantir a concretização de tal direito, firmado pela escola pública.

Contudo, a hegemonia do neoliberalismo encontra resistência nas classes trabalhadoras e camponesas organizadas. Segundo Fernandes (2006), nesta disputa, capital e trabalho apresentam modelos de desenvolvimento distintos no campo: o agronegócio, promovido por corporações capitalistas, e a agroecologia, impulsionada por organizações camponesas. De modo que, embora o poder hegemônico do agronegócio e os discursos de seus defensores sejam fortes, não conseguem suprimir a emergência e a insurgência da agroecologia.

As visões de mundo associadas a cada um destes modelos apontam para direções opostas e, em parte, sobrepostas, com perspectivas antagônicas onde a natureza e a sociedade são vistas como mercadoria ou como vida, resultando em práticas que tanto destroem quanto constroem, onde o produto pode ser tanto commodity quanto alimento. Nesse contexto, a ideia de consenso não implica harmonia, mas sim conflito. E é nesta conjuntura que emerge a educação do campo, associada à perspectiva do desenvolvimento territorial camponês, resistindo ao avanço do neoliberalismo.

Conforme delineada por Caldart (2000), a educação do campo surge como uma resposta crítica às desigualdades históricas e às políticas educacionais excludentes enfrentadas pelas populações rurais no Brasil. A autora destaca que, historicamente, educação no campo foi

EDUCAÇÃO DO CAMPO: RESISTÊNCIA SOCIAL E DESMONTE NEOLIBERAL

marcada por desafios persistentes de acesso e qualidade, refletindo políticas educacionais que negligenciaram as áreas rurais, contribuindo para a perpetuação das desigualdades educacionais entre o meio rural e urbano, exacerbando ainda mais as disparidades sociais e econômicas no país.

Nesse sentido, ao discutir educação do campo faz-se necessário destacar que ela não é apenas um instrumento de instrução, mas uma ferramenta integrada aos objetivos estratégicos dos movimentos sociais rurais de transformação social e política. Portanto, ao examinar a estrutura social do Brasil e o desenvolvimento de políticas públicas destinadas ao meio rural, especialmente aquelas relacionadas à educação, torna-se evidente a sua importância como conquista de um direito social básico.

Portanto, compreendemos que a educação do campo expressa a capacidade de resistência e mobilização dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que têm conseguido influenciar as políticas públicas através da pressão política e da articulação social. A existência e a continuidade do PRONERA refletem essa luta de classes dentro do Estado, demonstrando que, apesar da predominância das políticas neoliberais, ainda existem espaços dentro do Estado onde é possível promover políticas públicas que atendam aos interesses das classes trabalhadoras (Fernandes, 2005).

3 PRONERA: expressão da resistência na educação do campo

O PRONERA emerge como uma política nacional voltada para o fortalecimento da educação nos assentamentos da Reforma Agrária, se estabelecendo, apesar de tudo, como um dos principais resultados dessa luta, enfatizando o papel crucial da educação como uma dimensão tão essencial quanto a própria luta pela terra. Através de práticas educativas que contestam a hegemonia neoliberal, o PRONERA contribui para o fortalecimento dos movimentos sociais do campo e para a construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento neoliberal (Medeiros, 2007).

A criação do PRONERA em 1998, segundo Caldart (2000), reflete uma resposta às demandas históricas dos movimentos sociais rurais, em particular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que há décadas lutava pela reforma agrária e melhores condições de vida no campo. Isso porque, conforme Cavalcante (2022), a intensificação dos

EDUCAÇÃO DO CAMPO: RESISTÊNCIA SOCIAL E DESMONTE NEOLIBERAL

conflitos agrários e a pressão dos movimentos sociais por uma Reforma Agrária e maior acesso às políticas sociais, no período de pós-redemocratização no Brasil, obrigaram o Governo Federal a responder a essas demandas.

Em 1997, com a realização do 1º Censo Nacional dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, verificou-se que os níveis de escolarização nos assentamentos eram muito baixos, o que impulsionou ainda mais as discussões sobre a educação no campo. Foram várias etapas até a concretização do programa. O I Encontro Nacional de Educação da Reforma Agrária - ENERA, articulado pelo MST, serviu como preparação para a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, evento que ampliou o debate ao incluir novos participantes, que possibilitaram a mobilização de recursos essenciais para fortalecer o Movimento de educação do campo e a criação e implementação do PRONERA.

Contudo, Caldart (2000) destaca que, diante do contexto político e econômico, a implementação do Programa enfrentou desafios significativos para garantir o financiamento adequado e assegurar a continuidade dos cursos ofertados. Além disso, ainda se tinha a falta de uma regulamentação específica, que comprometeu a continuidade e a expansão das atividades educacionais previstas.

A regulamentação final do programa ocorreu mais de uma década após sua criação, com o Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o PRONERA, representando um avanço, proporcionando um marco jurídico que estabeleceu as bases para a implementação mais consistente e estruturada do programa, tendo como objetivos:

Art. 12 (...) I - oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, em todos os níveis de ensino; II - melhorar as condições do acesso à educação do público do PNRA; e III - proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos. (Brasil, 2010, art. 12)

O programa visa assegurar acesso à educação para jovens e adultos que trabalham nas áreas de reforma agrária, conforme estabelece o artigo 13 do Decreto nº 7.352/2010:

I - População jovem e adulta das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), de que trata o § 1º do Art. 1º do Decreto nº 6.672, de 2 de dezembro de 2008; II - Alunos de cursos de especialização promovidos pelo INCRA; III -

EDUCAÇÃO DO CAMPO: RESISTÊNCIA SOCIAL E DESMONTE NEOLIBERAL

professores e educadores que exerçam atividades educacionais voltadas às famílias beneficiárias; e IV - Demais famílias cadastradas pelo INCRA. (Brasil, 2010, art. 13)

O programa, segundo informações retiradas do relatório da II Pesquisa Nacional de Educação da Reforma Agrária - PNERA (2015), durante seus primeiros anos, isto é, de 1998 a 2011, foi responsável pela execução de 320 cursos, com a colaboração de 82 instituições em todo o território nacional (Figura 1), sendo responsável pela formação de mais de 164 mil alunos no período analisado.

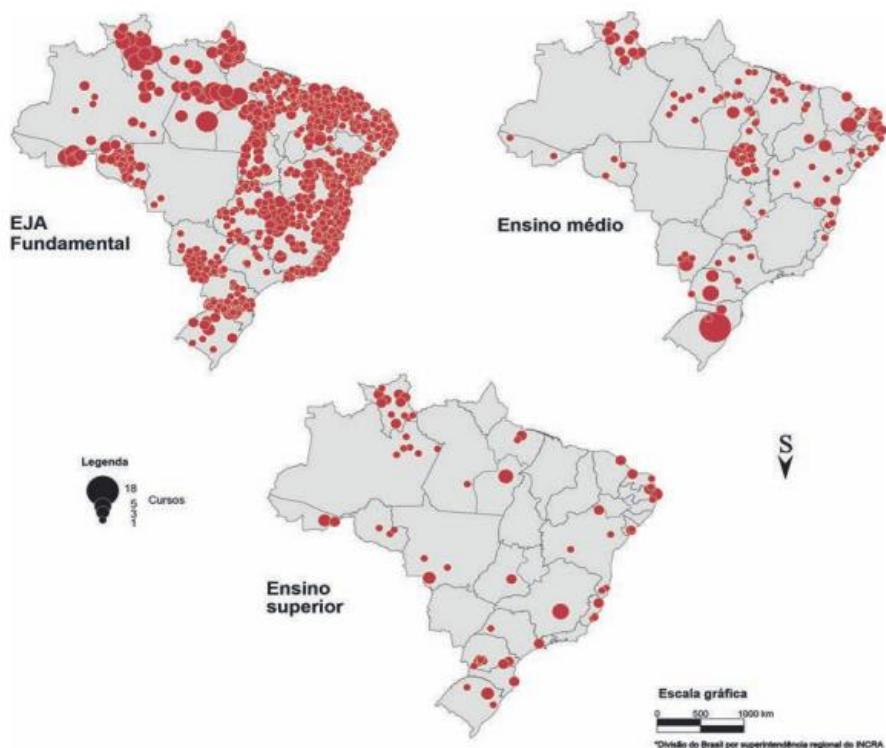


Figura 1: Mapa ilustrativo dos municípios com realização de cursos do PRONERA por nível (1998-2011)
Fonte: IPEA, 2015. II Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (II PNERA).

Na medida em que o programa se consolidou e ganhou impulso, houve uma ampliação significativa das ofertas de escolarização nas áreas rurais, predominando os cursos de nível fundamental, que incluem alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA), representando 52% do total de cursos oferecidos. Em seguida, destacam-se os cursos de Ensino Médio, abrangendo 31% do total, seguidos pelos cursos de Ensino Superior, que correspondem a 17% do total (IPEA, 2015).

EDUCAÇÃO DO CAMPO: RESISTÊNCIA SOCIAL E DESMONTE NEOLIBERAL

Além disso, segundo a II PNERA, é evidente que o Nordeste registrou o maior número de estudantes iniciantes em todos os níveis de ensino. No ensino fundamental do EJA, foram 73.704 ingressantes, mais de 3 mil no Ensino Médio, e 1.206 no ensino superior, conforme observa-se na Tabela 1.

Brasil e Regiões	EJA Fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Total
Centro-Oeste	10.325	579	350	11.254
Nordeste	73.704	3583	1206	78.493
Norte	43.340	1217	845	45.402
Sudeste	15.961	412	383	16.756
Sul	10.862	1588	539	12.989
Brasil	154.192	7.379	3.323	164.894

Tabela 1: Educandos ingressantes/matrículas em cursos do PRONERA por região e nível no período 1998 a 2011

Fonte: IPEA, 2015. Sistematização de Cavalcante, 2022.

Os dados sobre os anos iniciais do programa refletem o seu potencial e a necessidade de acesso à educação do campo com caráter emancipador. Os participantes não apenas têm acesso aos cursos em suas diversas modalidades, mas também têm a oportunidade de compartilhar, a cada encontro, suas experiências de vida e de luta: "Somavam-se angústias, mas também alimentavam-se esperanças. Enquanto eram estigmatizados pela pobreza e pelo status de 'sem terra', simultaneamente se reafirmavam como sujeitos engajados na luta pelo reconhecimento" (Rozendo; Paiva; Pernambuco, 2021). Todavia, é relevante notar que, apesar dos números significativos, as condições para execução dos cursos e sua continuidade ainda se davam de forma incipiente.

Em razão da agenda neoliberal desde a sua implementação e das políticas de ajuste fiscal adotadas pelos governos observa-se impactos diretos e profundos nas políticas sociais, muitas vezes resultando na retirada de recursos desses setores essenciais, conforme analisaremos na sequência.

4 Ajuste fiscal neoliberal e retrocessos na educação do campo

Segundo Brettas (2013), durante os governos petistas, embora algumas políticas reformistas tenham sido implementadas, não houve uma ruptura com os elementos centrais

EDUCAÇÃO DO CAMPO: RESISTÊNCIA SOCIAL E DESMONTE NEOLIBERAL

desta agenda, especialmente no que diz respeito à gestão das dívidas originadas nos anos 1960. Porém, de acordo com Cavalcante (2022), a crise de 2008 e o golpe de 2016 marcaram um período de retrocessos nas políticas sociais e ambientais do Brasil. A crise econômica global gerou terreno fértil para a rearticulação de grupos políticos com interesses ultraliberais, culminando no golpe que derrubou a presidente Dilma Rousseff em 2016.

Sob o novo regime, um ajuste fiscal rigoroso foi implementado, seguido por um desmonte sistemático das políticas públicas. Programas sociais sofreram cortes orçamentários, leis ambientais foram flexibilizadas e direitos trabalhistas foram desregulamentados.

[...] a chegada de Jair Messias Bolsonaro à Presidência, mediante um discurso que mobiliza e legitima um conservadorismo exacerbado com a legitimação do uso da violência contra seus opositores reais e inimigos imaginários (os comunistas e outros), agravou ainda mais os retrocessos vivenciados pela população do campo, diante da cumplicidade do governo com o agronegócio e a perseguição explícita aos movimentos sociais, sobretudo aos trabalhadores rurais sem-terra. Foram adotadas medidas conservadoras com a paralisação da reforma agrária, planos de criminalização da ocupação de terras por povos originários e comunidades tradicionais, ampliando o sistema de impunidade de garimpeiros e desmatadores das florestas, além de incentivar e permitir a reação à bala diante das tentativas dos movimentos sociais do campo em fazer valer o princípio constitucional da função social da propriedade fundiária. (Cavalcante, 2022, p. 54-55)

Não obstante, o avanço do neoliberalismo e do agronegócio, provocando alterações demográficas significativas com expulsão do povo do campo, fenômenos que convergem desde a década de 1990, resultaram no fechamento massivo de escolas no campo. Conforme dados do INEP, entre 1997 e 2018, foram fechadas quase 80 mil escolas. (Alentejano, 2019). Essa situação se agravou ainda mais ao longo do governo Bolsonaro. No caso do PRONERA, com o Decreto 10.252/2020, que extinguiu a coordenação responsável pela educação no campo e modificou a competência do INCRA, concentrando a política agrária no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o PRONERA foi praticamente eliminado da agenda pública.

No entanto, embora o desmonte do programa tenha começado com a desestruturação do INCRA, as ações que desestabilizaram e inviabilizaram os projetos de educação no campo também foram impactadas pelas diretrizes governamentais de ajuste fiscal, conforme Cavalcante (2022), de modo que essas diretrizes limitam os programas e políticas sociais desde sua concepção, como o caso do PRONERA.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: RESISTÊNCIA SOCIAL E DESMONTE NEOLIBERAL

Em concordância com o estudo realizado por Cavalcante (2022), ao analisar os objetivos e metas da Administração Pública nos Planos Plurianuais (PPA) durante o período de maior implementação das medidas de austeridade fiscal, de 2012 até 2022, é evidente que os programas voltados para o meio rural, como Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária (2012-2015), Reforma Agrária e Governança Fundiária (2016-2019) e Governança Fundiária (2020-2023), não priorizaram ações direcionadas à educação do campo. De forma que, a autora destaca que, durante o período analisado, nenhum governo deu destaque a essa área.

Por isso, o objetivo 0422 que busca “proporcionar o acesso à capacitação profissional, educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária”, entre 2012 e 2019, obteve uma redução significativa das metas estabelecidas, de sete em 2012-2015 para uma em 2016-2019 e nenhuma em 2020-2023. Essa diminuição reflete o impacto das políticas de austeridade fiscal sobre a capacidade de implementação e alcance das ações voltadas à educação do campo, demonstrando uma desvalorização progressiva dessa área, principalmente no âmbito orçamentário.

Além disso, a análise dos dados orçamentários sobre o objetivo 0422 dos Planos Plurianuais (PPA) de 2012-2015 e 2016-2019 (Gráfico 1) revela um cenário de desvalorização progressiva da Educação do Campo no contexto das políticas neoliberais, com quedas drásticas tanto na dotação quanto na execução orçamentária. Em 2012, a dotação inicial foi de R\$ 11,8 milhões, subindo para R\$ 34,5 milhões em 2013 e 2014; porém, já em 2019, esse valor foi reduzido para apenas R\$ 8,35 milhões, evidenciando o impacto de uma agenda de austeridade sobre a continuidade do PRONERA.

Consequentemente, esse quadro reflete a lógica neoliberal de ajuste fiscal, que, ao reduzir investimentos sociais, compromete direitos fundamentais, como o acesso à educação para populações rurais. A execução limitada e a queda constante da dotação ao longo dos anos evidenciam um desalinhamento entre as necessidades educacionais do campo e as prioridades de governo, que destinam recursos para áreas mais alinhadas ao mercado e menos para a inclusão social. Com isso, a Educação do Campo e o PRONERA sofrem um processo de desmonte gradual, dificultando o acesso educacional e contribuindo para o agravamento das desigualdades sociais e regionais no Brasil.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: RESISTÊNCIA SOCIAL E DESMONTE NEOLIBERAL

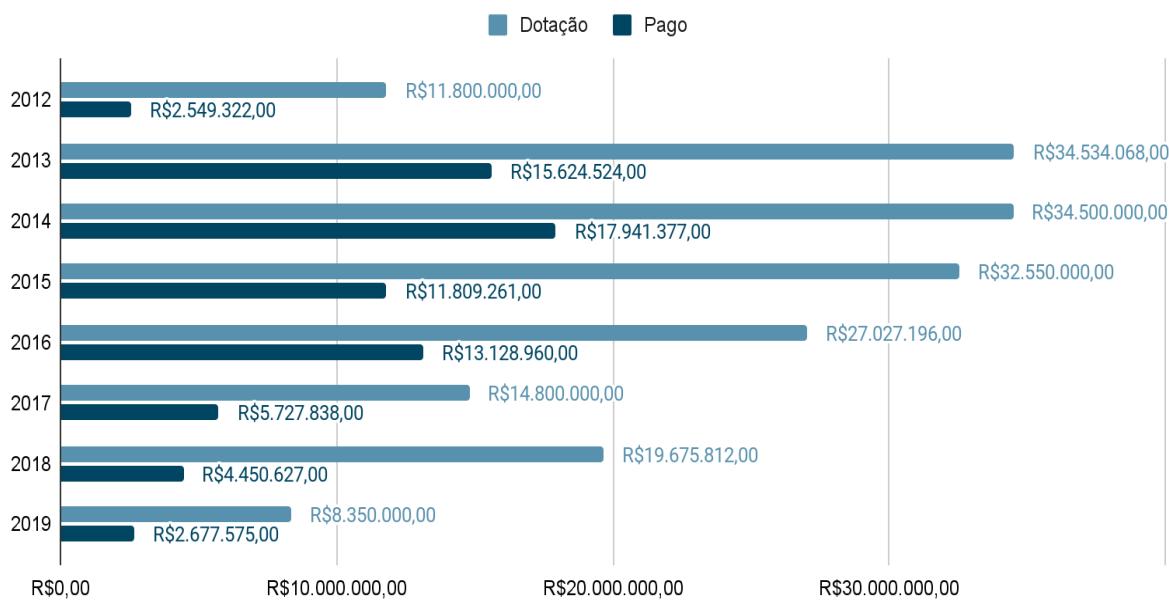


Gráfico 1: Dotação orçamentária e valores pagos do Objetivo 0422 no período de 2012 a 2019

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.⁷

Nesse sentido, os dados apresentados refletem uma trajetória de restrições orçamentárias progressivas e de baixa execução dos recursos destinados à educação do campo, que abrange o PRONERA. Essa tendência evidencia as consequências das políticas neoliberais para as áreas rurais, onde, ano após ano, a insuficiência de recursos e o baixo percentual de execução financeira comprometeram a continuidade e expansão das políticas educacionais no campo. Esse contexto reforça a necessidade de repensar o modelo de financiamento e as prioridades políticas para atender às demandas das comunidades rurais, que enfrentam desafios específicos e, muitas vezes, históricos no acesso à educação de qualidade.

5 Conclusão

A partir das análises e discussões delineadas ao longo deste estudo fica evidente que o PRONERA contribuiu para promover o acesso à educação de qualidade para as comunidades rurais e assentamentos de reforma agrária, beneficiando mais de 164 mil estudantes e contribuindo para o desenvolvimento dessas populações historicamente marginalizadas, entre

⁷ Consulta no SIOP em www.siop.planejamento.gov.br. Os dados foram sistematizados pelo Grupo de Pesquisa Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEPSOCIAL) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: RESISTÊNCIA SOCIAL E DESMONTE NEOLIBERAL

1998 e 2011. Contudo, o avanço do neoliberalismo, apoiado no conservadorismo social e político das forças de extrema direita no Brasil, introduziu desafios significativos, a partir das medidas estruturais de austeridade fiscal e da primazia da lógica mercadológica que enfraqueceram o programa, comprometendo sua continuidade e eficácia.

A desvalorização da educação do campo, alinhada às ideologias que minimizam a intervenção estatal, exacerbou as disparidades sociais e territoriais, ampliando as lacunas entre áreas urbanas e rurais. Desse modo, os resultados apresentados aqui não apenas descrevem os desafios enfrentados, mas também incentivam o debate sobre políticas públicas educacionais para o campo, destacando a necessidade urgente de um financiamento sólido e de uma abordagem governamental comprometida com a educação para a reforma agrária, pois “a escola não move o campo, mas o campo não se move sem escola” (Caldart, 2011, p. 107).

Isto posto, nota-se a importância de fortalecer os mecanismos de resistência e reafirmar o direito fundamental à educação de qualidade para todos os cidadãos, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica. A luta pela educação do campo transcende os limites educacionais, representando um imperativo moral e social que exige ação imediata e contínua. Somente através de um compromisso coletivo com a democratização do conhecimento e com o reconhecimento das diversas formas de saberes e culturas presentes no campo poderemos aspirar uma nova forma de sociabilidade.

Referências

ALENTEJANO, Paulo. CORDEIRO, Tássia. Artigo | 80 mil escolas no campo brasileiro foram fechadas em 21 anos. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/29/artigo-or-80-mil-escolas-no-campo-brasileiro-foram-fechadas-em-21-anos>

BEHRING, E. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In SALVADOR, E.; BEHRING, E.; LIMA, R. L. (orgs.). **Crise do Capital e Fundo Público:** implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019, p. 43-65.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez Editora, 9 ed., 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.352**, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. 2010.

BRASIL. IPEA. **II Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (II PNRA)**. Brasília, 2015.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: RESISTÊNCIA SOCIAL E DESMONTE NEOLIBERAL

BRETTAS, T. **Capital financeiro, fundo público e políticas sociais:** uma análise do lugar do gasto social no governo Lula. 2013. 321 f. Tese (Doutorado em Política Social e Trabalho) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/15882>

BRETTAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil.** Temporalis: Brasília, v. 17, n. 34, jul./dez. 2017.

CALDART, R. S. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In CALDART, Roseli Salete. ARROYO, Miguel G. MOLINA, Mônica C. **Por uma Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Vozes, 5 ed., 2011.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra:** escola é mais que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

CASTRO, Jorge Abrahão. RIBEIRO, José Aparecido Carlos. As políticas sociais e a Constituição de 1988: conquistas e desafios. In IPEA. **Políticas Sociais:** Acompanhamento e Análise, Brasília, Introdução, n. 17, 2009.

CAVALCANTE, R. C. A. **Educação do campo em extinção:** implicações do ajuste fiscal no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

COSTA, F. L. O. **O Estado neoliberal e a promulgação da Educação enquanto mercadoria.** Revista Eletrônica de Educação, v. 6, n. 2, p. 413–426, 2012. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/203>

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil.** São Paulo: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:** formação e territorialização no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Talau, Rebecca. **Razões para mudar o mundo:** a Educação do Campo e a contribuição do PRONERA. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 140, p.545-567, jul.-set., 2017.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, ed. 32, 2005. Disponível em: https://docentes.ifrn.edu.br/eduardojanser/disciplinas/economia-brasileira-comex/livro-formacao-economica-do-brasil-celso-furtado/at_download/file

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**, vol. 2.. HENRIQUES, L. S. (Trad.); COUTINHO, C. N.; HENRIQUES, L. S. (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: RESISTÊNCIA SOCIAL E DESMONTE NEOLIBERAL

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo.** Volume 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** 4^a ed. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, RJ, 1982.

LÖWY, Michael. **A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado.** Revista Actuel Marx, v. 18, 1995. Tradução de Henrique Carneiro.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas.** Brasília: MEC, 2007.

OKUMURA, Julio Hideyshi. NOVAES, Henrique Tahan. **A tragédia educacional brasileira no século XX:** diálogos com Florestan Fernandes. 1^a Ed., Lutas Anticapital, 2020.

ROZENDO, C.; PAIVA, I. A.; PERNAMBUCO, M. M. C. A. Educação para emancipação: a experiência com a formação de jovens da reforma agrária no curso de Pedagogia da Terra, no estado do Rio Grande do Norte/Brasil. In REGO, M. C. F. D.; PAIVA, I. A. (orgs.). **Práticas Coletivas:** o pensamento e a práxis pedagógica em Marta Pernambuco. Natal: SEDIS-UFRN, 2021.

SALVADOR, Evilásio. **O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais.** Argum., Vitória, v. 16, n. 1, p.6-19, jan./abr.2024.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça:** a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SANTOS, Theotonio dos. **Evolução Histórica do Brasil:** da colônia à crise da Nova República. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

SANTOS, Theotonio dos. **A estrutura da dependência.** São Paulo: Rev. Soc. Bras. Economia Política, n. 30, 2011. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/886/376>

WELLEN, Henrique. Igualdade abstrata e desigualdade econômica: da equivalência da circulação à não equivalência da produção. In SALVADOR, E.; BEHRING, E.; LIMA, R. L. (orgs.). **Crise do Capital e Fundo Público:** implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019, p. 21-41.